A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: cooperação técnica entre o Instituto Federal de Educação Baiano *campus* Catu e a Agricultura Familiar

Maria Arlinda de Assis Menezes¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Catu – BA. Av. Cássia Imperial, 33, Rua F, Casa 27, Alagoinhas Velha, Alagoinhas- Bahia.

Arlinda.menezes@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa que resultou na tese de doutoramento em Desenvolvimento Regional e Urbano. Os questionamentos que motivaram o desenvolvimento deste trabalho surgiram durante as pesquisas de campo do mestrado, onde se analisou uma política de distribuição de renda condicionada e se pôde perceber que parte significativa dos beneficiários eram agricultores familiares. Ao lidar com populações de baixa renda cujo acesso à educação, saúde, lazer, segurança, é restrito, e por trabalhar em um Instituto Federal de Educação, que forma técnicos em agropecuária, um questionamento aflorou: caso a interação entre esse espaço de formação e a comunidade de agricultores familiares fosse uma realidade, em que medida isso possibilitaria transformações significativas, gerando desenvolvimento local e regional? Desta forma, este trabalho apresenta a história desse Instituto Federal, especialmente do *Campus* Catu, escolhido como unidade-caso, e de seu contexto sócio-histórico. E, para alcançar seu objetivo, traça o perfil da agricultura familiar, sua origem e diferenças existentes territorialmente dentro do país. Nesse estudo de caso, a pesquisa de campo uniu essas duas vertentes. A investigação sobre a situação da agricultura familiar na região Litoral Norte Agreste de Alagoinhas, na qual o *campus* se insere e sobre o papel do Instituto, dos docentes e dos técnico-administrativos desta instituição.

Palavras-chave: agricultura familiar; educação profissional; desenvolvimento local e regional; integração.

¹Licenciada em História. Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano. Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Urbano. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *campus* Catu-BA.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo buscou compreender duas realidades *inter alia*, que, tendencialmente, podem se conectar gerando efeitos positivos: a dinâmica do produtor rural familiar e a *práxis* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBaiano), tendo como unidade-caso o *campus* de Catu, município que está inserido no Território de Identidade Litoral Norte Agreste de Alagoinhas. Assim, a partir da observação da realidade do IFBaiano e da realidade conhecida acerca da situação de parte significativa dos agricultores familiares do país, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE/PNAD-2004), uma série de questionamentos e inquietações surgiram, levando a cabo a realização da tese de doutoramento, cujo presente artigo é uma amostra do citado trabalho.

Tais inquietações não se resumiam a entender as razões que perpetuam a situação de dificuldade econômica apenas. Era algo a mais que se desejava buscar. Ligava-se à compreensão do desenvolvimento, de políticas públicas, do exercício da cidadania, do papel da educação nesse contexto.

Buscava-se entender quais forças atuam colocando e mantendo grupos populacionais à margem da sociedade, com condições restritas e, às vezes, sem condições de romperem tal barreira e passarem a, efetivamente, fazer parte da sociedade, entendendo tal travessia como a aquisição de direitos garantidos pela Constituição, mas pouco efetivados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento e Liberdades Substantivas

Entender o desenvolvimento como o conjunto de liberdades, das potencialidades das pessoas, pode permitir uma maior aproximação de sua dimensão. A falta de alimentos, de educação, de liberdades políticas, de expressão, dentre outras carências, refletem as impossibilidades para que ocorra o desenvolvimento em um dado espaço, segundo Sen (2000). O autor destaca que o desenvolvimento deve ser entendido como as diferentes formas de liberdade, compreendendo-se seus diferentes papéis, tanto os constitutivos quanto os instrumentais.

O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2000, p.29).

As diferentes formas de privação de liberdade afetam pessoas em todas as partes do mundo, independente da situação econômica das mesmas. Será destacada inicialmente a pobreza, enquanto privação da renda necessária para suprir as necessidades de famílias, considerando as especificidades de cada uma, privação de educação, de exercício pleno da cidadania. A pobreza é uma temática que ainda demanda análises e reflexões devido à sua complexidade e, acredita-se por essa razão, ainda não encontrou uma estratégia, ação política ou social para erradicá-la. Essa realidade pode apontar para uma verdade que muitos preferem não enxergar, qual seja, não é possível acabar com a pobreza, entendendo-a como acesso restrito à renda, ou seja, por um único prisma. Porém, é possível encontrar caminhos que levem comunidades pobres a organizarem-se e buscarem alternativas para driblar a precária condição de vida, adquirindo dignidade e exercendo de forma mais adequada a cidadania.

Essas transformações possíveis pressupõem atores sociais e ações endógenas e exógenas. Pressupõe identificar e potencializar o capital social presente em comunidades pobres. Torná-las capazes de construir uma história diferente, sendo, cada um de seus membros, ativos participantes nesta caminhada.

Com relação aos agricultores familiares, um dos objetos de estudo dessa pesquisa, ao contrário de antigas visões assistencialistas e clientelistas que dominaram, em especial, o cenário rural por décadas a fio, hoje busca-se agregar às políticas públicas o engajamento do público alvo, o que descaracteriza as políticas como meras ações assistencialistas (CARDOSO, 2004).

No bojo dessa discussão, é necessário incluir o papel de um dos atores mais importantes e, atualmente, um tanto deslocado dessa função e valor, que é a escola. Em especial o ensino técnico, que nasceu com função específica, diretiva, ou seja, preparar o educando para o mercado, hoje amplia essa visão de caráter

neoliberal, buscando preparar o educando para o mundo do trabalho, para a sociedade. Assim, o ensino técnico, considerado sucateado há alguns anos (OLIVEIRA, 2003) devido às políticas educacionais de antigos governos embasadas em modelos e objetivos atrelados a organismos internacionais, pode apontar para uma nova realidade a partir dos atuais investimentos do Governo Federal nesta área. Vale salientar que mudanças significativas, quando se trata de educação, não estão restritas à variável investimento financeiro. Deve haver também investimento em recursos humanos, uma das variáveis-chave, senão a mais importante.

2.2 Conhecimento Aliado ao Desenvolvimento

O conhecimento, construído e reconstruído nas academias especialmente, ainda é distante da sociedade no que tange à aplicabilidade das reflexões realizadas, das novas tecnologias. Somando-se a essa distância a dificuldade que há, na sociedade de modo geral, em lidar com a burocracia de programas governamentais, por exemplo, os instrumentos potenciais de modificação da realidade de muitos grupos sociais em risco tornam-se peso morto. Assim, a realidade das parcerias entre instituições de ensino e a população, tão discutida e tão pouco efetivada, ainda podem ser um caminho factível para o desenvolvimento local.

As mudanças ocorridas no contexto da educação brasileira, mais especificamente relacionadas à ampliação da oferta de educação profissional aliadas à verticalização do ensino, a partir da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET)², em seu Artigo 7º, que trata dos objetivos dos Institutos Federais, seções - III IV e V, cita que os mesmos deverão:

Art. 7º. São objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

Entender se faz parte da trajetória dos IFET a relação com a comunidade, ensejando contribuir de alguma forma para o desenvolvimento local, é um dos objetivos deste trabalho, além de identificar se os profissionais do IFBaiano *Campus* Catu estão alinhados com a perspectiva de fomento ao desenvolvimento local.

O objeto será restringido às antigas Escolas Agrotécnicas, que, em seu conjunto, perfazem o atual IFBaiano, devido à vocação em produção agropecuária e, por conseguinte, por atenderem às demandas da agricultura familiar. Sabe-se que a agricultura familiar é responsável por 60% da produção de alimentos no país e por 77% dos empregos rurais, e as cadeias produtivas da agricultura familiar responderam, em 2003, por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país (WEISSHEIMER, 2006, P.132). Dessa forma, ocorre um contra-senso quando esses mesmos atores são parte significativa dos brasileiros que vivem em insegurança alimentar leve e grave, segundo dados da PNAD e do IBGE, (PNAD/IBGE, 2004). Dos 72 milhões de brasileiros nessa condição de insegurança alimentar leve, 15,4 milhões são pessoas do meio rural. E dos 14 milhões de brasileiros com insegurança alimentar grave, aproximadamente 3,5 milhões são residentes na zona rural (WEISSHEIMER, 2006).

As produções atuais sobre a questão da pobreza apontam para a necessidade do engajamento e cooperação das populações beneficiadas para vencerem o desafio que é o acesso a uma vida com qualidade.

² Na Bahia foram criados dois Institutos, assim denominados: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (antigo CEFET) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (Antigas Agrotécnicas e Escola Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC - EMARC).

Sem dúvida, uma clara definição de público-alvo (focalização) é essencial para o êxito do combate à pobreza, mas precisa-se também de uma metodologia nova que desenvolva as capacidades latentes existentes nestes grupos selecionados, abandonando o olhar que vê carências e buscando localizar as potencialidades. (CARDOSO, 2004, p.44).

A escola, ao cumprir sua função social, deve abrir-se à comunidade. A possibilidade de cooperação técnica entre os institutos e as comunidades de agricultores familiares pode ser uma alternativa para o desenvolvimento dessas potencialidades, do capital social. No plano teórico, tratando-se de uma escola de educação profissional, de nível técnico, que forma agrotécnicos, a prática de estágios e as parcerias deveriam estar estruturadas no próprio Projeto Político Pedagógico (PPP), além de pautarem a visão administrativa e pedagógica de modo geral, para que levem a cabo tal parceria. Essa postura seria uma justificativa aos vultosos investimentos do Governo Federal nas instituições, podendo concorrer para o desenvolvimento local. A partir de 2008, as escolas tornadas Institutos, passaram a oferecer novos níveis de formação, ocorrendo um crescimento verticalizado.

Qual o sentido da escola se aqueles que a circundam não se beneficiam dela, se sua presença tornar-se uma não-presença, se não houver significado prático? É a necessidade de levar o próprio corpo docente a questionar-se, à auto-reflexão, à análise da própria *práxis*.

Acredita-se que tal projeto é relevante por duas razões, pelo menos. Primeiro, porque se propõe a analisar uma dada situação com vistas a propor intervenção nesta realidade, caso não esteja compatível com a vocação do próprio Instituto e com as demandas da sociedade, bem como com a proposta do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), cuja relação dialética consta dos objetivos. Segundo, porque a produção familiar, tanto no cenário regional quanto no nacional, representa um papel social e econômico relevante e que deve ser entendido a partir da compreensão histórica dos desafios reais que se colocam para esse setor.

As respostas que a sociedade espera obter dos investimentos do governo nas diferentes áreas perpassam a educação de maneira significativa. Não significa, no entanto, colocar a educação como a redentora de todos os problemas da sociedade, ou, ao contrário, sua falta como a responsável pelos problemas sociais. Porém, evidencia-se que a carência da mesma é um complicador significativo dentro da estrutura social complexa da contemporaneidade, permeada por abissais desigualdades na distribuição de renda, das riquezas do país, materiais e imateriais.

Dentro do que se espera acerca da educação profissional nos setores industriais do país, identificar o potencial nos setores primários é relevante, ainda mais quando está em questão a relação que a escola mantém com sua comunidade.

Por seu turno, objetiva-se propor mudanças pensadas no contexto da escola e da comunidade para promover o desenvolvimento local sustentável. Investir em qualidade, viabilizar o conhecimento a serviço do agricultor familiar podem ser formas de agregar valor ao seu trabalho, produzindo resultados satisfatórios com relação à produção e à própria organização da comunidade envolvida.

Para além destas questões, está em jogo o tipo de educação ofertado nestes espaços, se contribui para uma visão crítica da sociedade e, portanto, transformadora.

3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), artigos 39 ao 42, trata da Educação Profissional. Em seu Art. 39, cita que “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996). No Art. 42, cita que “As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade” (BRASIL, 1996). Esse artigo, especialmente, pode ser a justificativa legal para o esforço que os *campi* podem realizar no sentido de corroborar o desenvolvimento das comunidades locais.

O Ensino Técnico, que em 2004, a partir do Decreto nº.5.154 passou a ser ofertado integrado ao Ensino Médio, aparentemente deixou de lado a histórica separação entre o ensino propedêutico, direcionado aos filhos das classes mais abastadas e o ensino profissionalizante, destinado aos filhos das camadas populares, a

quem a possibilidade de escolha acerca de seu futuro profissional não era real. Eles precisavam adquirir os conhecimentos técnicos que o mercado de trabalho necessitava.

Ao concluir o Ensino Médio, o aluno pode optar por inserir-se no mercado de trabalho ou prestar o exame de vestibular e seguir estudando, ainda podendo fazer as duas opções ao mesmo tempo. Essa nova realidade pode corroborar com a quebra dos valores dicotômicos entre ricos e os seus direitos de estudarem e pobres e sua obrigação de profissionalizarem-se para manter a mão-de-obra que move a produção no país.

Essa realidade é particularmente interessante quando, na realidade do *campus* Catu, boa parte dos alunos é proveniente da zona rural de municípios baianos. A maior qualificação, iniciada com a formação técnica podendo seguir para o ensino superior, garante a formação de capital intelectual que pode retornar aos espaços de origem, agregando conhecimento para o contexto local. Esse retorno ainda pode ser entendido como fomento a que outros jovens busquem os estudos voltados para a área na qual atuam.

4 AGRICULTURA FAMILIAR

Um dos objetivos desse trabalho é entender qual o papel social exercido pelos agricultores familiares no contexto municipal, regional e nacional. Outra é entender que a expansão da agricultura capitalista não levou ao desaparecimento das unidades familiares, ainda que para a região Litoral Norte Agreste de Alagoinhas o setor econômico de maior relevância seja a indústria extrativa mineral, dada a relevância econômica do petróleo.

Para uma melhor compreensão acerca do tema trabalhado, a expressão agricultura familiar utilizada neste trabalho corresponde às unidades de produção familiar, onde a propriedade e a força de trabalho estão ligadas à família, atentando para o tamanho das propriedades, conforme a Lei nº. 11.326/06.

A realidade da agricultura familiar no país é bem distinta de região para região. Em pesquisa de Guilhoto *et al*, é realizada uma comparação do desempenho desse setor e sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Segundo os autores,

As propriedades familiares do Norte e também do Nordeste são bem diferentes das do Sul, pois sua existência é derivada de uma agricultura atrasada e de subsistência, ainda mantida pela saturação e o desemprego nos centros urbanos. As características do agronegócio na região Nordeste são muito diversificadas. Certamente, mais do que as outras partes do país, a região combina estruturas muito distintas nos diferentes estados. Há parcelas que têm se incorporado à dinâmica produtiva do cerrado brasileiro, como são os casos do oeste da Bahia, do sul do Maranhão e do Piauí, regiões em que a expansão da soja e do algodão nos últimos anos foi crescente, repetindo o modelo observado no Mato Grosso. Nessas áreas observa-se a presença de um empreendimento patronal com alta tecnologia e utilização de insumos modernos. Existem parcelas da região que têm uma estrutura também patronal, mas muito distinta daquela observada nas áreas de cerrado. Nos grandes latifúndios da área da mata nordestina (a faixa úmida, de terra roxa), predominam a cana de açúcar, o cacau e a pecuária leiteira. Nas áreas de sertão, observa-se uma combinação de agricultura familiar e patronal, com predominância da primeira, sendo elas, em geral, regiões pobres, cujos períodos secos têm grande impacto sobre a produção. (GUILHOTO *et AL*, [20--], p.9-10).

Buscou-se a compreensão sobre a realidade social e econômica do agricultor familiar, bem como a atuação do Estado junto aos mesmos, considerando os números de investimentos governamentais destinados a este setor. Ao desejar um maior dinamismo econômico e social, é necessário entender como os agricultores familiares tem se articulado para buscar seus direitos, reivindicar por políticas específicas, por exemplo, e pela efetivação dessas políticas. Entender também como se articulam para ações mais simples, como as referentes ao acesso ao conhecimento, à melhoria da produção, à comercialização de seus produtos.

5 OPÇÃO METODOLÓGICA: ESTUDO DE CASO

A realização de uma pesquisa científica requer, antes de qualquer passo, a identificação do problema, o domínio de alguns conceitos-chave, para que se chegue ao tipo de método mais adequado para a consecução dos objetivos, bem como a natureza da abordagem que se busca imprimir (YIN, 2001, p. 79). No presente trabalho a abordagem é qualitativa e o método é o estudo de caso. A apreensão da realidade, dentro do que é possível dada a sua complexidade, através de diferentes técnicas, serviram para a validação da pesquisa empreendida. Creswell (2010) cita algumas características da abordagem qualitativa, que são: a pesquisa ocorre no ambiente natural; baseia-se no pesquisador como instrumento para a coleta de dados; é indutiva; é

baseada nos significados dos participantes; é emergente; frequentemente envolve o uso de uma lente teórica; é interpretativa e holística. Assim, busca-se compreender a experiência humana, mais exatamente, a experiência das pessoas que fazem o *Campus* Catu do IF Baiano – docentes, técnicos, discentes - e a experiência dos agricultores familiares.

Para um melhor entendimento acerca do sentido de agricultura familiar, suas origens e atual situação, foram levantados aspectos fundamentais desse debate em diferentes fontes da literatura concernente e na mídia eletrônica. A análise empírica ocorreu em duas comunidades de agricultores familiares e em órgãos como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA) e na Câmara Municipal de Catu.

Para um entendimento acerca da *práxis* dos servidores do IF Baiano e a possível existência de cooperação técnica, a análise ocorreu através de entrevistas e questionários aplicados aos professores, a técnicos e aos discentes do *Campus* Catu do IF Baiano, que é a unidade – caso. Analisou-se também o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) objetivando identificar naquele documento um comprometimento com a pesquisa e a extensão, canais por onde a cooperação técnica poderia ocorrer, bem como os objetivos sobre a função social do próprio Instituto.

Este estudo não tem a pretensão de servir como uma generalização. Antes, procura identificar a história do *Campus* Catu, que existe como integrante do Ministério da Educação (MEC) desde 1964; e a possível potencialidade para fomentar o desenvolvimento local e regional a partir da cooperação técnica com os agricultores familiares. Disto cabe uma indagação, que se espera seja respondida no percurso desse trabalho, com relação ao nível de desenvolvimento da agricultura local e da efetividade, no *Campus* Catu, do tripé educacional que tem como pressuposto a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Outra etapa do trabalho foi procurar entender a dinâmica, o cotidiano de uma comunidade de agricultores familiares. Assim, escolheu-se duas comunidades para a análise.

5.1 Vivências dos Servidores do Instituto Federal Baiano *Campus* Catu

As conversas com os docentes e técnicos objetivaram dar sustentabilidade ao problema proposto para este trabalho. Seria possível que o estreitamento das relações entre o *campus* e a comunidade de seu entorno, mais especificamente, a comunidade de agricultores familiares, pudesse contribuir para o melhoramento das técnicas empregadas na produção, o manejo das áreas e, tendencialmente, contribuir para o desenvolvimento local e regional?

A realidade do *Campus* Catu a partir de dezembro de 2008 foi alterada de forma significativa. Apesar de atuar na formação de técnicos em agropecuária, o que sempre fez com qualidade, a prática da pesquisa e da extensão não era efetivada dentro dos pressupostos metodológicos necessários. O que ocorria era a realização de atividades desenvolvidas dentro do campo do ensino com experimentação. Assim, as propostas deste trabalho pautam uma realidade que está, gradativamente, se consolidando, com a formação e cadastramento dos primeiros grupos de estudo no segundo semestre de 2010.

Os docentes e técnico-administrativos do *Campus* Catu acreditam no potencial de seus recursos humanos, na capacidade do *campus* para atender às demandas dos agricultores e na possibilidade de estabelecer laços mais estreitos com a comunidade de seu entorno. Cita um docente do *campus*:

Com a nova formatação do Instituto, foram criados novos objetivos que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. Sendo assim, a relação *campus* e comunidade tende a aproximar-se. A partir do momento que ocorra um maior conhecimento dos verdadeiros interesses da comunidade, não tenho dúvida que o *campus* terá um papel importante nas ações ligadas ao desenvolvimento local e regional. (Resposta do questionário).

A visão do professor em muito se aproxima do que pensa o técnico em meio ambiente:

A Instituição tem destaque nos cenários local e regional. Há muito com que contribuir em termos de desenvolvimento, principalmente nos processos de concepção de programas, projetos e políticas públicas de desenvolvimento. A característica multidisciplinar dos recursos humanos do Instituto é uma ferramenta de grande relevância nesse contexto e poderá elevar a Instituição no que tange à propulsão do desenvolvimento. (Resposta do questionário).

A pesquisa com os docentes e técnicos não contou com aqueles que ingressaram no Instituto em 2010 porque não atenderiam ao objetivo da pesquisa pelo pouco tempo que possuem no *campus*.

CONCLUSÃO

Em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que propõe uma educação holística, inclusiva e que se apóia na educação para o desenvolvimento do país, bem como considerando os vultosos investimentos do governo federal em educação, ampliando as universidades federais e a rede tecnológica, com a criação dos IFET, a possibilidade desses espaços não refletirem sobre a sociedade na qual estão inseridos, de não estabelecerem uma relação dialógica, põe por terra os esforços empreendidos pelo próprio governo e que geraram benefícios consideráveis para o país, haja vista os programas que democratizaram o acesso às universidades pela parcela da população historicamente distanciada dos espaços acadêmicos, seja por questões étnicas, sócio-econômicas ou a combinação de ambas.

Partindo de uma análise do contexto do *Campus* Catu do IFBaiano, uma inquietação pautou o itinerário dessa pesquisa: qual o potencial desse *campus* no tocante a contribuir com os agricultores num processo de troca de experiência? Com vários profissionais formados e atuando na área de agropecuária, zootecnia, como era possível que tantos agricultores convivessem com problemas cotidianos que poderiam, a partir de uma orientação técnica, serem sanados e, com isso, potencializar suas produções? E essa ligação *campus* e comunidade deveria restringir-se à área técnica?

Evidente que não se tem aqui uma ilusão de que os problemas sociais vividos pelo trabalhador rural acabarão por ocorrer uma relação entre estes agentes sociais. É necessário que as políticas públicas que, gradativamente vêm minorando a situação das populações de baixa renda tenham continuidade, estejam na pauta dos governos, independente de bandeiras partidárias. Em maio de 2006, aconteceu em Brasília o I Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, onde concluíram que “a concretização de conquistas e garantia de avanços necessários para erradicar a fome e garantir o direito humano à alimentação adequada dependem de mudanças no modelo de desenvolvimento” (WEISSHEIMER, 2006, p.75).

Disto, conclui-se que a relação através de programas de extensão aqui proposta, aliada à pesquisa e ao ensino ante a indissociabilidade deste tripé, não deve ser interpretada como filantropia, mas como uma relação dialógica, que busca um retorno para a instituição enquanto possibilita a ampliação do saber como uma retroalimentação constante. Permite a pesquisa enquanto se atua com extensão e com ensino, pois pressupõe a participação do conjunto da instituição, docentes, discentes e técnicos.

E, ao refletir sobre essa visão acerca do ensino, pesquisa e extensão, é possível estabelecer uma relação com Viveret (2006) quando este diz que o que falta para o mundo ser mais digno, para que haja uma melhor distribuição da riqueza que se produz, é o desejo de humanidade. Recursos há para as necessidades de todos, mas não o suficiente para satisfazer os desejos pessoais de cada um, como afirmou Gandhi. O conhecimento que transforma é parte dessa riqueza produzida e que pode e deve ser socializada.

Tendo como base das reflexões essas afirmativas, os autores discutidos e a pesquisa empreendida, os resultados encontrados foram os seguintes:

Nas duas comunidades visitadas, Água Grande e Riachão do Pereira, pôde-se perceber que havia espaço e desejo para a efetivação de trabalhos visando o desenvolvimento das mesmas. Na primeira, através da participação em reuniões da Associação, de aplicação de questionários às famílias e visita a propriedades, os agricultores deixaram evidenciado que possuem necessidades de informações relacionadas ao manejo do solo, das culturas, referentes à criação de animais, dentre outras. Essas demandas podem ser sanadas através de projetos de extensão, atividades sistemáticas como dias de campo, oferta de itinerários formativos aos agricultores, minicursos e atividades afins. Na segunda comunidade identificou-se que há demandas relacionadas às informações sobre cooperativismo. “Porque a cooperativa não é de altos agricultores, começa também dos pequenos, mas ele sozinho, ele não vai, ele tem que se apadrinhar às pessoas que tem o conhecimento de onde buscar as coisas pra chegar até nós, não é?”(Informação oral).

Essa demanda justifica-se pela dificuldade que os agricultores têm para entenderem os caminhos que devem percorrer para a organização de uma cooperativa. Eles já vivenciaram a experiência da cooperativa em um município próximo, Inhambupe, mas não conseguiram criar uma em Catu. Demonstra-se uma alternativa para os cursos de formação, que devem ser oferecidos à comunidade, cuja matrícula não precisa estar

condicionada ao nível de escolaridade, mas à capacidade de aproveitamento dos alunos, previstos na LDB, na seção sobre Educação Profissional, redação dos artigos 37 ao 42.

Todos os participantes da pesquisa, tanto os agricultores quanto os servidores do Instituto chegaram à conclusão de que a relação entre o *campus* e a comunidade é limitada, tímida, assistemática e que deve ser revista, ampliada, fortalecida. Além disso, o PDI do novo Instituto prevê a efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão.

A partir do exposto acima e em todo o trabalho, fica evidenciado que, caso seja desejo do corpo de servidores do IFBaiano *Campus* Catu, de sua gestão, o *campus* poderá ter um papel atuante, significativo e transformador da realidade de seu entorno a partir da relação mais estreita, programada, planejada, bem como a partir da reflexão sobre a grade curricular de seus cursos, a reformulação do conceito de estágio, a reformulação das ações de suas coordenações, especialmente aquela cujo nome é Coordenação de Integração Escola Comunidade. Uma das funções da escola é a integração com a comunidade. Ela não pode estar fechada para o mundo à sua volta sob o risco de perder o próprio significado, o sentido de ser um espaço alfabetizador, formador, auxiliar na construção da personalidade, dos valores do homem enquanto ser social e, por conseguinte, da própria sociedade. Não pode e não deve fechar-se para os problemas sociais que podem ser amenizados através da parceria e, com isso, da circularidade cultural.

Os agricultores mostraram, tanto pelo que disseram como pelo que demonstraram durante os encontros que há disponibilidade, desejo, necessidade de encontrar no técnico, no engenheiro, no professor do antigo “Agrícola,” parceiros, onde o conhecimento possa ser ressignificado a partir da realidade de cada comunidade e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento desses espaços.

Sen (2000) citou que a liberdade não está em se obter grande renda, por exemplo, ou em se poder votar apenas. Ele ampliou esse horizonte para todas as possibilidades que um homem deseje hoje ou em outra época, mas que lhe sejam naturalmente garantidos. Saber disso impulsionou o desejo de contribuir para, ao menos, tentar mudar a realidade que circunda o espaço da autora desse trabalho. Ao visitar as comunidades, observar a pobreza em alguns espaços, a falta de um banheiro, crianças e adultos utilizando qualquer espaço para as suas necessidades, a falta de energia elétrica, de água, de informação para realizarem seus desejos fica latente o quanto ainda há por se construir. Eles possuem a terra. Eles plantam. Mas carecem ainda de muito para que sejam, efetivamente, livres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

CARDOSO, Ruth. **Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21**. São Paulo em Perspectiva. vol.18 n°. 2. São Paulo, abr./jun. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200005

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GUILHOTO, Joaquim J.M. *et al.* **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). Brasil.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas Públicas para o Ensino Profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VIVERET, Patrick. **Reconsiderar a riqueza**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.